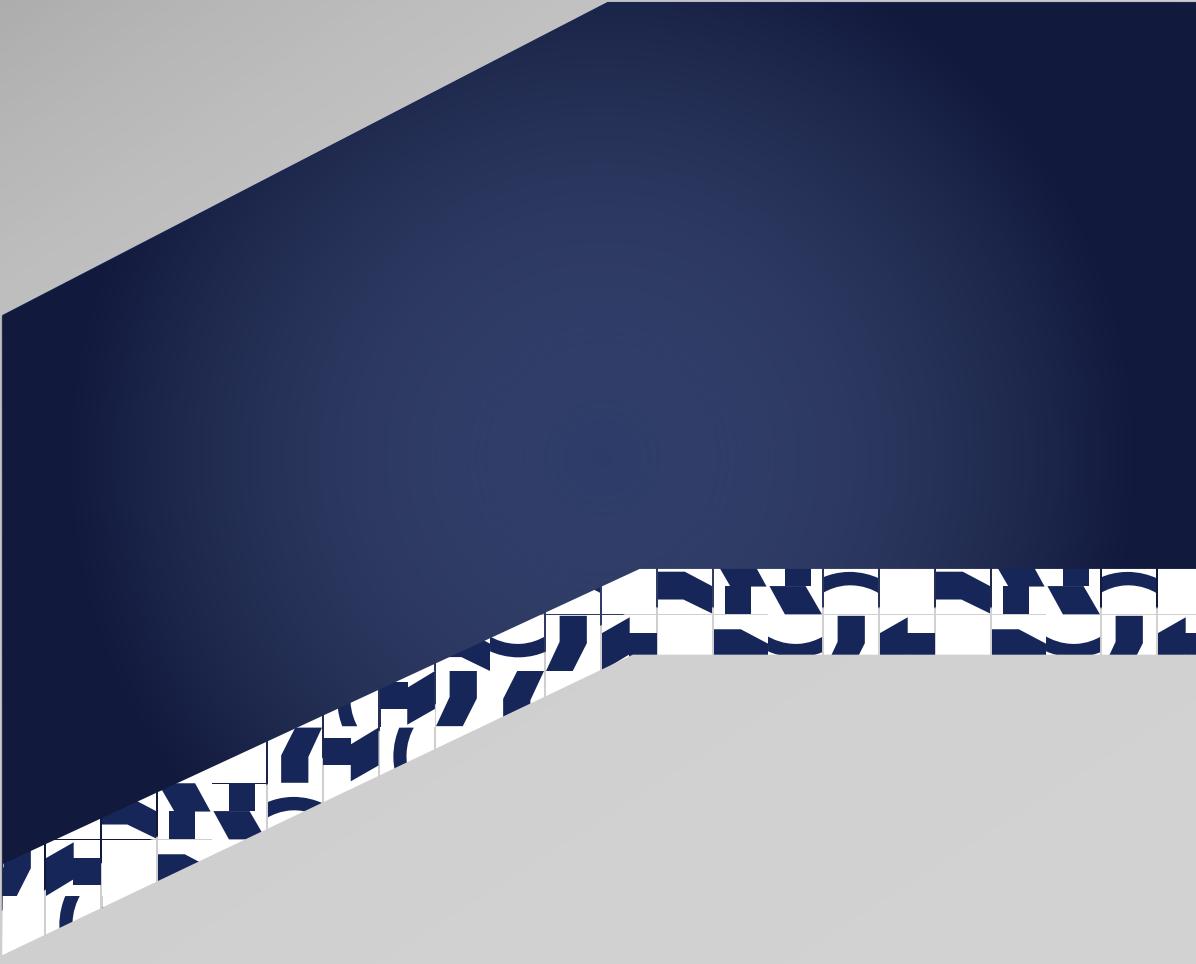


SENADO FEDERAL

BOLETIM INTERNACIONAL

DO BRASIL





ACESSIBILIDADE

INÍCIO ✧ PRÓXIMA

Obras de acessibilidade criam condições para que qualquer pessoa com deficiência possa acessar as tribunas no Senado Federal

Resultado de uma ação colaborativa entre os diferentes setores da Casa para promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência, o plano de Acessibilidade do Senado Federal tem garantido, cada vez mais, a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência no convívio diário com a atividade pública dentro do Parlamento.



♦ INÍCIO

♦ PRÓXIMA



Em várias salas de reuniões de comissões, as obras que estavam previstas no Plano de Acessibilidade também já foram finalizadas. Em todas elas, há duas posições adaptadas na primeira bancada para que qualquer parlamentar com deficiência possa utilizá-la sentado em sua cadeira de rodas.

Em cada colegiado foi construída, do mesmo modo, uma rampa para facilitar o acesso à bancada da Mesa. A Secretaria de Infraestrutura, responsável pelas obras no Senado, aproveitou o momento e implantou, também, uma rampa na área das comissões destinada ao público externo. A iniciativa beneficia, além de cadeirantes, pessoas com deficiência visual.

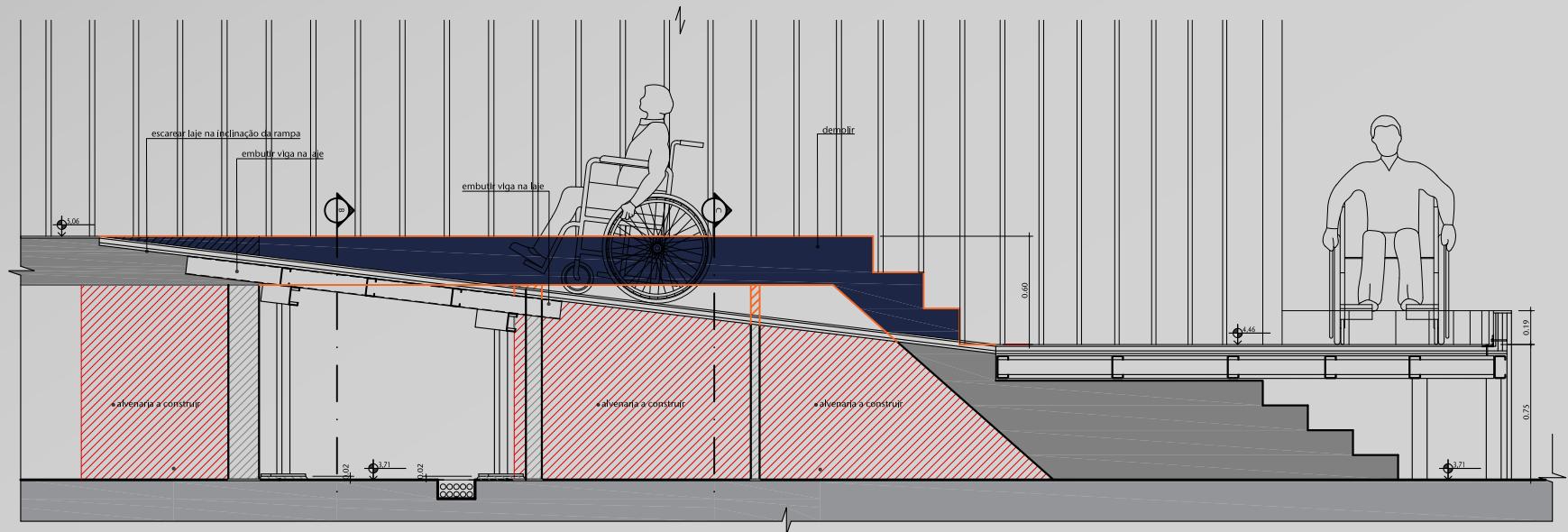
O prédio do Congresso, como já sabido, é tombado como peça urbanística dentro da escala monumental do projeto do Plano Piloto de Brasília, que foi considerado como patrimônio cultural da humanidade pela Unesco em 1987. Já em 2007, foi tombada, também, a estrutura arquitetônica do edifício. Em razão disso foi necessário fazer um tipo de intervenção que não causasse muito impacto visual.

◆ VOLTAR

◆ PRÓXIMA



Além dessas mudanças específicas, o Senado já conta com várias alterações feitas dentro do Plano de Acessibilidade, que possui ações nas áreas de infraestrutura, acesso à informação, mobilidade, gestão de pessoas e educação para a acessibilidade. Entre essas obras, estão adaptações nos banheiros públicos e calçadas, contratação de serviços de interpretação em língua de sinal e construção e correção de rampas, já que o grau de inclinação não pode ser muito acentuado.

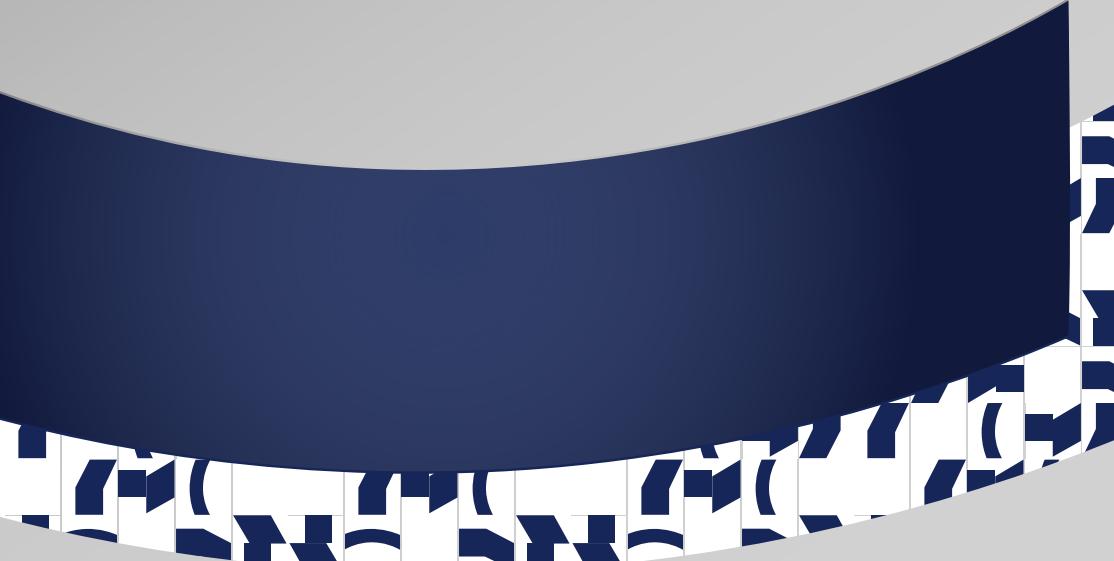


Corte da estrutura de acessibilidade para Mesa Diretora do plenário

♦ VOLTAR

♦ INÍCIO





PROMOVENDO INCLUSÃO SOCIAL

INÍCIO ✧ PRÓXIMA

O Senado Federal é o primeiro órgão do Brasil a receber mensagens de portadores de deficiência auditiva expressas em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

O Senado Federal já pode receber vídeos com sugestões de projetos gravados em Libras por pessoas surdas. As propostas serão publicadas no portal e-Cidadania, portal criado em 2012 pelo Senado Federal para estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas.

Quando alcançado o apoio de 20 mil internautas, as propostas legislativas serão encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. As que tiverem parecer favorável do relator passarão a tramitar como projetos de lei.

É preciso enviar ao Senado o link do vídeo publicado no YouTube, Instagram, Facebook ou Twitter, sem necessidade de uma *hashtag* específica. O vídeo, então, é enviado para os intérpretes de Libras.

A sugestão é traduzida para o português, transformada em texto e publicada para poder receber apoio de qualquer pessoa.

O prazo entre o recebimento do vídeo e a publicação da ideia será de cinco a dez dia.



IDEIAS LEGISLATIVAS

RELATÓRIO E-CIDADANIA
JULHO DE 2019

TOTAL ACUMULADO DESDE 2012

Ideias	64.914
Autores	41.455
Apoios	6.901.375
Apoiadores	3.696.593

De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2010:

**9,7
MILHÕES**



**DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA
AUDITIVA**

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) possui um sistema de sinais que se desenvolveu ao longo dos anos no país e, também, a partir da língua gestual francesa. Por isso, tem semelhanças com línguas de sinais da Europa e da América. Uma série de vídeos foi produzida pela TV Senado com explicações sobre como gravar o vídeo; como publicá-lo nas redes sociais; como funciona o Ideia Legislativa e como enviar a sugestão. Alguns dos tutoriais publicados no Portal e-Cidadania:



Sua ideia em Libras pode virar Lei!



Como enviar seu vídeo em Libras para o portal E-cidadania do Senado

♦ VOLTAR

♦ INÍCIO



GESTÃO

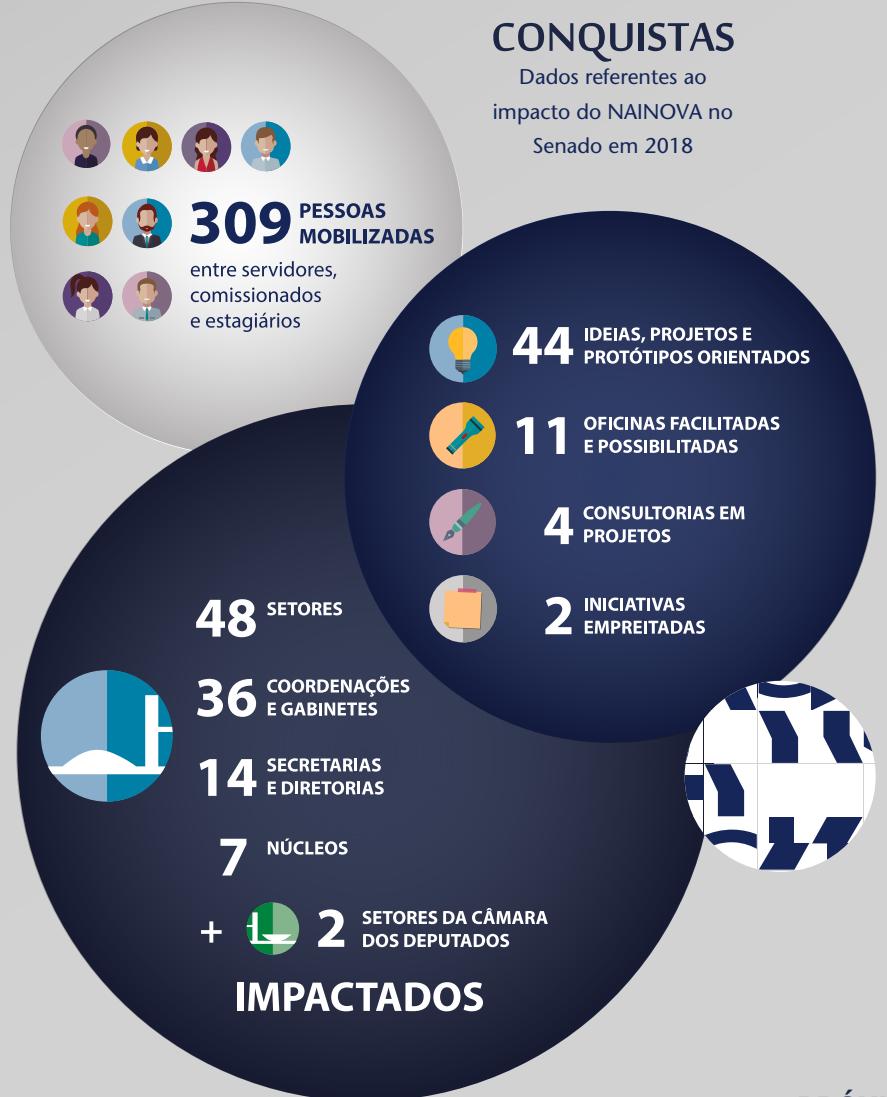
INÍCIO ✦ PRÓXIMA

Diretoria-Geral prioriza a inovação administrativa

Cursos de imersão, palestras, oficinas para soluções cocriadas e encontros com integrantes de outros órgãos estão entre as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio à Inovação (Nainova) para avançar rumo a uma cultura organizacional mais aberta a inovações.

Criatividade e inovação são as palavras de ordem na Diretoria-Geral, que tem organizado encontros de imersão e debates, com a presença de especialistas em inovação. A ideia é superar excessos de burocracia e outros obstáculos do setor público para criar um ambiente mais saudável e engajador, colateralmente, aumentando a eficiência das rotinas de trabalho na organização.

Uma destas ações é a jornada da Inovação, treinamento prático que o Senado ofereceu, neste primeiro semestre de 2019, a 60 servidores e, no segundo semestre, envolverá 80 colaboradores, sem contar a capacitação de um corpo de facilitadores que corre paralela à jornada. Aproximando-se do processo criativo pela perspectiva de problemas reais da Casa, cujos resultados produzirão propostas de projetos à disposição da administração do Senado.



♦ INÍCIO

♦ PRÓXIMA

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, explicou o que espera desse processo:

"A ideia é que seja um choque na organização que nos estimule a seguir por esse caminho, mantendo práticas, ferramentas e comportamentos capazes de abrir nosso olhar para caminhos antes entendidos como arriscados, ou indesejados pelo coletivo da organização. Teremos duas turmas acompanhadas por um mesmo grupo de mentores. Todos esses colegas são potenciais multiplicadores das práticas ali experimentadas."



NAINOVA



De forma a estimular práticas mais transversalizadas na organização, o Senado Federal, por meio do Núcleo de Apoio à Inovação, colocou à disposição de todos os profissionais da Casa, uma sala de coworking e uma sala de oficinas.

Esses espaços compartilhados são conhecidos por sua capacidade de unir pessoas, estimular a colaboração, ampliar o *networking* e incentivar a criatividade.

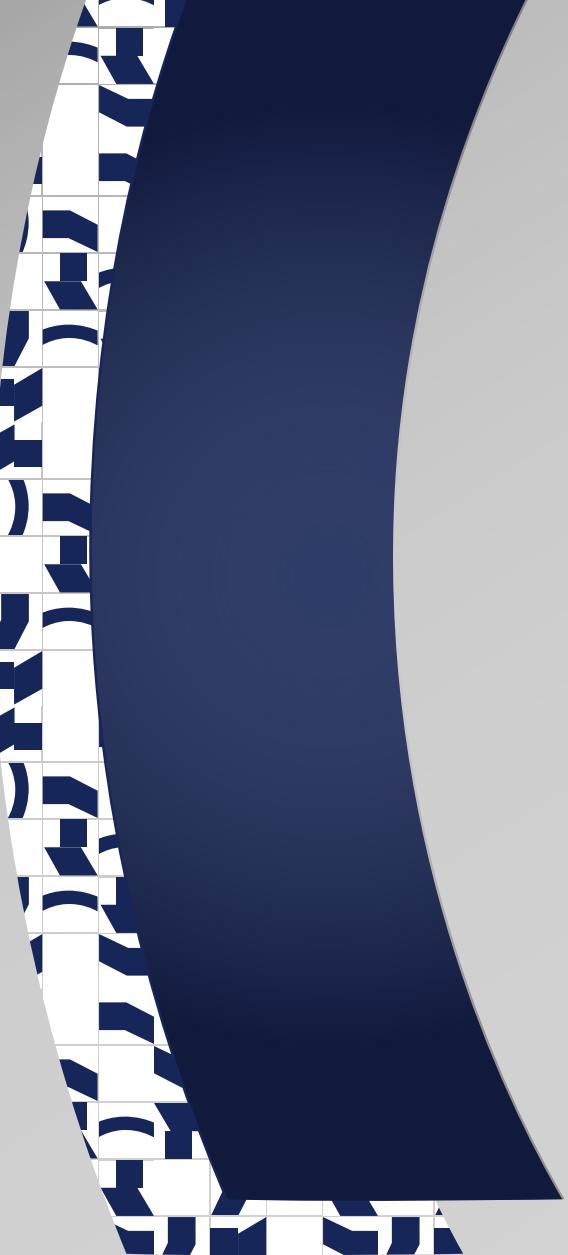


[Núcleo de Apoio à Inovação](#)

♦ [VOLTAR](#)

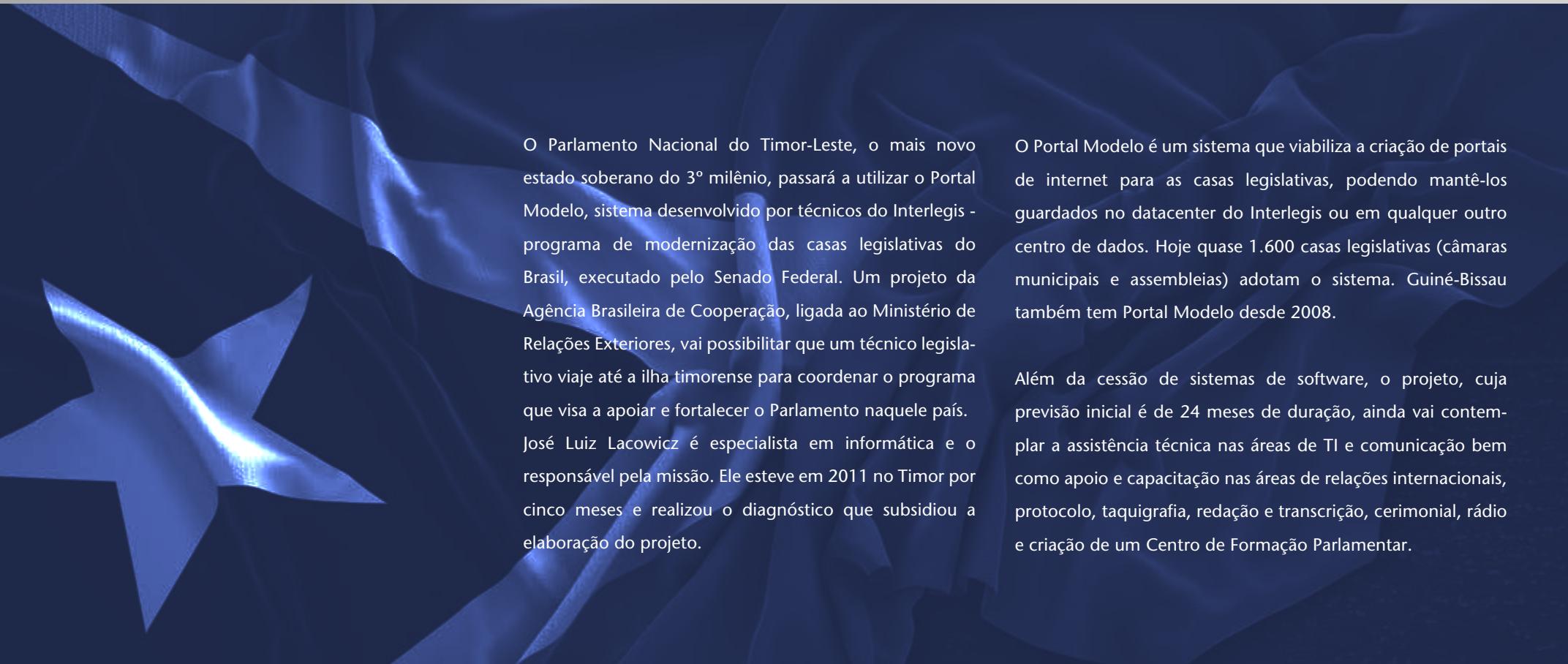
♦ [INÍCIO](#)





COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Parlamento Nacional do Timor-Leste vai adotar sistema do Senado



O Parlamento Nacional do Timor-Leste, o mais novo estado soberano do 3º milênio, passará a utilizar o Portal Modelo, sistema desenvolvido por técnicos do Interlegis - programa de modernização das casas legislativas do Brasil, executado pelo Senado Federal. Um projeto da Agência Brasileira de Cooperação, ligada ao Ministério de Relações Exteriores, vai possibilitar que um técnico legislativo viaje até a ilha timorense para coordenar o programa que visa a apoiar e fortalecer o Parlamento naquele país. José Luiz Lacowicz é especialista em informática e o responsável pela missão. Ele esteve em 2011 no Timor por cinco meses e realizou o diagnóstico que subsidiou a elaboração do projeto.

O Portal Modelo é um sistema que viabiliza a criação de portais de internet para as casas legislativas, podendo mantê-los guardados no datacenter do Interlegis ou em qualquer outro centro de dados. Hoje quase 1.600 casas legislativas (câmaras municipais e assembleias) adotam o sistema. Guiné-Bissau também tem Portal Modelo desde 2008.

Além da cessão de sistemas de software, o projeto, cuja previsão inicial é de 24 meses de duração, ainda vai contemplar a assistência técnica nas áreas de TI e comunicação bem como apoio e capacitação nas áreas de relações internacionais, protocolo, taquigrafia, redação e transcrição, ceremonial, rádio e criação de um Centro de Formação Parlamentar.

♦ INÍCIO

♦ PRÓXIMA



As ferramentas de software do Interlegis são ideais para as casas legislativas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), devido à sua qualidade técnica. Desenvolvidas em softwares livres, elas permitem que os próprios usuários procedam a melhorias necessárias, sem custo de aquisição e de manutenção. A constante atualização dos sistemas desenvolvidos pelo Interlegis também estimula sua adoção.

A pedido dos deputados do Timor-Leste, o site deverá ser consultado em três idiomas: português, inglês e tétum, esta última a língua nativa timorense e um dos idiomas oficiais da ilha, ao lado português.



◆ **VOLTAR**

O Parlamento Nacional do Timor-Leste é composto de 65 deputados e quase duzentos servidores de carreira. O corpo gerencial é bastante qualificado. O país conquistou sua independência em 2002, após mais de vinte anos anexado à Indonésia. Com pouco mais de 14 mil km quadrados de extensão territorial, é menor do que Sergipe. Ainda assim, tem uma população de mais de um milhão e trezentas mil pessoas.



◆ **PRÓXIMA**



Polícias do Congresso Nacional realizam visita técnica ao Parlamento de Israel

As Polícias do Senado e da Câmara dos Deputados realizaram visita técnica de quatro dias ao Knesset, Parlamento de Israel, em Jerusalém. O objetivo da missão foi trocar experiências com um país conhecido pela tecnologia e eficiência na área de segurança pública. Segundo o diretor da Polícia do Senado, Alessandro Morales, foi um momento de informações e aprendizado.

Foto: Marcos Brandão / Senado Federal

"A intenção da viagem foi conhecer os procedimentos de segurança adotados pelo Knesset, em especial o controle de acesso às tecnologias envolvidas. Também buscamos firmar parcerias para treinamento e capacitação do nosso efetivo".



A visita ao Parlamento de Israel é resultado do convite feito pelo superintendente da Guarda do Knesset, David Vaknin, que participou, em setembro do ano passado, no Senado, da primeira reunião da Alta Administração dos Parlamentos do Brasil e de Israel. Naquele encontro, Vaknin viu a possibilidade de cooperação técnica na área de segurança entre as duas Casas legislativas.



Foto: Agência da Cooperação Técnica Internacional

Delegação brasileira com o Diretor-Geral do Knesset, Albert Sakharovich, ao centro, e a sua direita, o superintendente da Guarda do Knesset, David Vaknin

♦ VOLTAR

♦ PRÓXIMA





Delegação brasileira com o Presidente do Knesset, Yuli-Yoel Edelstein

Pelo Senado, fizeram parte da delegação, além de Morales, o coordenador de Suporte às Atividades Policiais, Rafael Pimenta Weitzel, e o chefe do Serviço de Inteligência Policial, Gabriel Carlos dos Reis Costa Dias. A Câmara foi representada pelo chefe do Serviço de Apoio Técnico, Suprécilio do Rêgo Barros Neto, e pelo diretor de Coordenação de Operações Especiais, Jasson Rocha Rodrigues Júnior.

Durante a visita, os policiais mantiveram encontro com o Diretor-Geral do Knesset, Albert Sakharovich, e com o Superintendente da Guarda do Knesset, David Vaknin. Também conheceram a história do legislativo israelense e puderam ver *in loco* como os parlamentares exercem suas atividades.

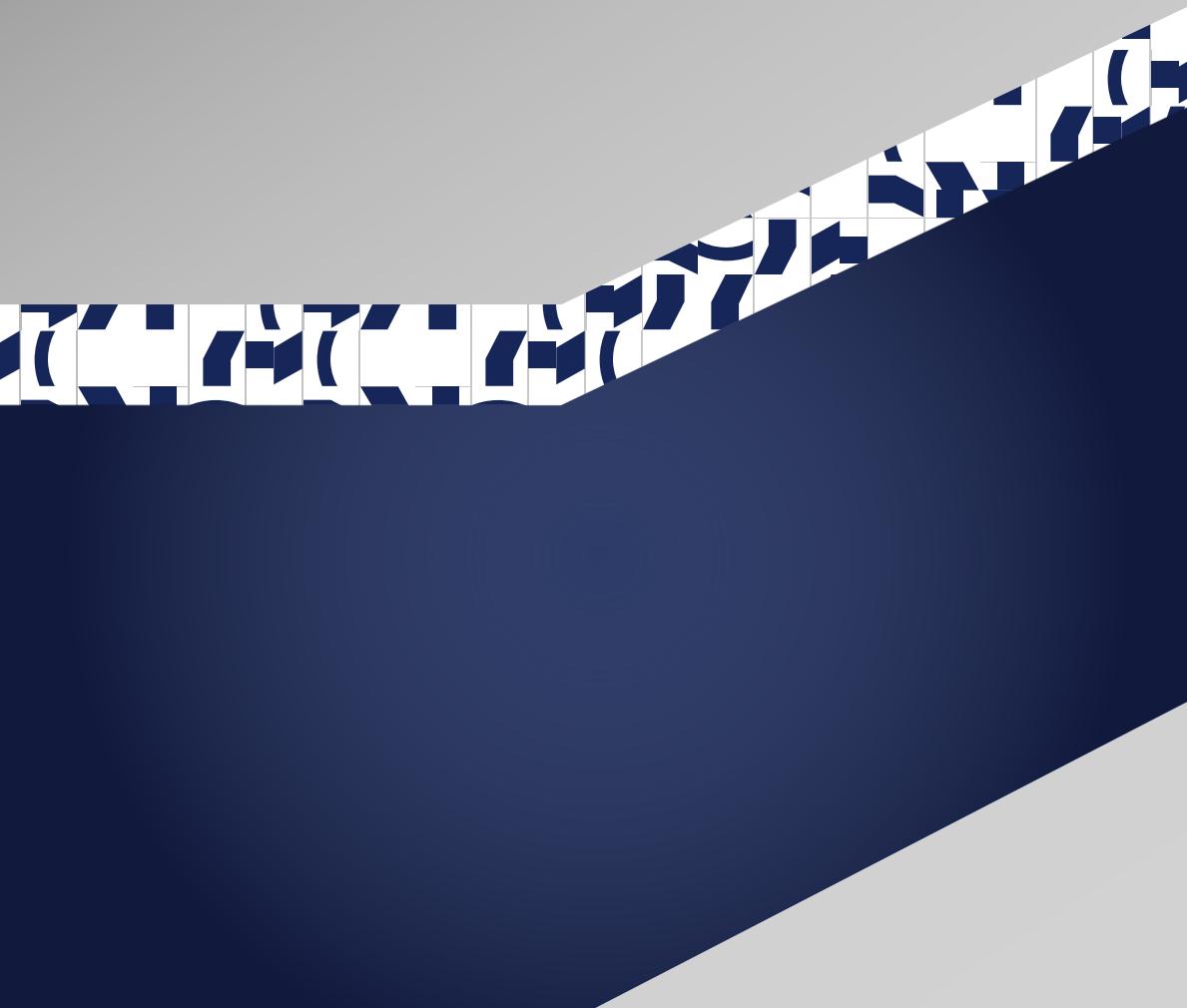
Entre outras atividades relacionadas à segurança do país, os policiais legislativos visitaram a unidade de vigilância da Polícia de Jerusalém e conheceram uma fábrica de armas do país.

O Legislativo de Israel é unicameral. Os 120 parlamentares são eleitos diretamente em um único distrito nacional, por voto de representação proporcional. O mandato é de quatro anos.

◆ **VOLTAR**

◆ **INÍCIO**





LEGISLATIVO

INÍCIO ✧ PRÓXIMA

Destaques das matérias legislativas analisadas no primeiro semestre

O primeiro semestre no Senado Federal foi marcado por votações no plenário e debates e audiências nas comissões permanentes da Casa. Os senadores se posicionaram em relação a uma série de assuntos que foram destaques ao longo destes primeiros meses da 56^a Legislatura.

Só no primeiro semestre deste ano, os senadores apreciaram 168 matérias, sendo 122 aprovadas e 46 rejeitadas. Um número superior ao das votações do mesmo período nos anos anteriores.



Junho de 2019



O Senado aprovou o projeto que proíbe o casamento de menores de 16 anos

A proposta, da autoria da ex-deputada Laura Carneiro, já havia sido aprovada pela Câmara em 2018 e seguirá para sanção presidencial. O projeto mantém a exceção, que já consta do Código Civil, pela qual pais ou responsáveis de jovens com 16 e 17 anos podem autorizar a união. O Brasil é o quarto país do mundo em casamentos infantis. Os dados mostram que 877 mil mulheres brasileiras se casaram até os 15 anos de idade nos últimos anos. Os dados apresentados mostram que essas jovens, que se casam tão cedo, engravidam cedo e não mais estudam. Embora esse novo projeto proíba, em qualquer caso, casamento de jovens menores de 16 anos, ele faz a ressalva, já existente no Código Civil, que permite excepcionalmente apenas quando o homem e a mulher tenham 16 anos, desde que haja autorização de ambos os pais ou seus representantes legais.

Senado aprova proposta para maior controle sobre barragens

O Senado deu uma resposta à tragédia do rompimento da barragem de Brumadinho. O projeto de lei, que reforça a segurança da exploração mineral no país, foi aprovado nas comissões do Senado Federal e agora está na Câmara dos Deputados. Além de reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens, a proposição endurece as penas para os envolvidos em crimes ambientais que causem mortes, torna mais rígidas as regras de responsabilização civil e administrativa dos causadores de tragédias como as de Minas Gerais e proíbe a construção de reservatórios pelo método de alteamento a montante — aquele em que a barragem vai crescendo em degraus, utilizando o próprio rejeito da mineração.

O Senado rejeitou decreto que buscava flexibilizar a posse e o porte de armas no Brasil

Por 47 votos a 28, o Senado rejeitou um decreto que buscava flexibilizar a posse e o porte de armas no Brasil. O Plenário aprovou o projeto de decreto legislativo que torna sem efeito o regulamento. O decreto autorizava a concessão de porte a 20 categorias profissionais e aumenta de 50 para 5 mil o número de munições disponíveis anualmente a cada proprietário de arma de fogo. O Projeto de Decreto Legislativo segue agora para votação na Câmara dos Deputados.

◆ [VOLTAR](#)

◆ [PRÓXIMA](#)





Orçamento impositivo para emenda de bancada é promulgado pelo Congresso

O Congresso Nacional promulgou, em junho, mais uma emenda à Constituição — a de número 100, que prevê a execução obrigatória de emendas das bancadas estaduais no Orçamento da União. Segundo a nova norma, a execução obrigatória dessas emendas seguirá as mesmas regras das individuais, que já são impositivas. As emendas parlamentares são recursos do Orçamento que o Congresso direciona para obras e ações escolhidas pelos deputados e senadores, em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto às instituições. As emendas de bancada serão de execução obrigatória e corresponderão a 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. A execução das emendas de bancada seguirá regras já vigentes para as de autoria individual, como submissão a contingenciamentos para cumprimento de meta de resultado fiscal.

Promulgada emenda que permite a militar acumular cargo em saúde e educação

Os policiais e bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal agora podem acumular a função militar com cargos públicos nas áreas de saúde e educação. A permissão está prevista na Emenda Constitucional 101, promulgada este ano pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado. Desde 1988, o exercício simultâneo de cargos valia apenas para servidores públicos civis e para militares das Forças Armadas que atuam na área de saúde. De acordo com a Constituição, a acumulação só é possível “quando houver compatibilidade de horários”. O texto autoriza o exercício de dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou de dois empregos privativos de profissionais de saúde. No caso de policiais e bombeiros, deve haver “prevalência da atividade militar”.

Senadores aprovam proposta que amplia o acesso dos bancos ao cadastro positivo

A adesão automática de consumidores e empresas aos cadastros positivos de crédito segue para sanção presidencial. O Plenário do Senado aprovou, por 66 votos favoráveis a 5 contra, mudanças nas regras do cadastro positivo, instrumento criado em 2011 para ser um banco de dados sobre bons pagadores, contrapondo-se aos famosos cadastros negativos, que registram maus pagadores. O texto aprovado foi originado da Câmara dos Deputados. A matéria já havia sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo do cadastro positivo é incentivar que bons pagadores tenham acesso a juros menores. Existente desde 2011, com participação voluntária dos clientes, o serviço é prestado por empresas especializadas, que avaliam o risco de crédito de empresas e pessoas físicas baseadas em históricos financeiro e comercial.

◆ [VOLTAR](#)

◆ [PRÓXIMA](#)





Foto: Antônio Pinheiro/Núcleo de Intranet

Senado e Câmara unificam glossário de termos do processo legislativo

Grupo de trabalho criado para promover a integração legislativa entre Senado e Câmara dos Deputados apresentou Glossário de Termos Legislativos.

A obra foi resultado de oito meses de atividades do Grupo de Trabalho de Integração, liderado pelo servidor do Senado Rodrigo Brum.



[Glossário de Termos Legislativos](#)

[Baixar Livro](#)

♦ VOLTAR

♦ PRÓXIMA



O grupo analisou 727 verbetes relacionados ao processo legislativo. Os termos estavam espalhados em quatro glossários editados pelo Senado e pela Câmara. O GT condensou o conteúdo em 302 entradas, sem repetição de conceitos. Além das definições, a publicação traz referências legislativas relacionadas a cada tema.

A apresentação do glossário coube a João Lima, analista de informática legislativa da Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado (Prodasen). Ele destacou que a publicação sistematiza todo o vocabulário do processo legislativo.

"A função principal do glossário é lançar luz sobre a terminologia usada no dia a dia. Há terminologias diferentes nas duas Casas para se referir a um mesmo conceito. Mas o mais grave: há casos em que Senado e Câmara usam o mesmo termo para designar conceitos diferentes."



João Lima esclarece que não é função do glossário unificar os conceitos adotados no Senado, na Câmara e no Congresso Nacional, mas sim indicar diferenças e semelhanças nas terminologias, quando for o caso.

Além dos conceitos sobre o processo legislativo, o glossário traz uma relação de 94 siglas e abreviaturas. A lista indica os partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, acompanhados de data de criação, denominação atual e nomenclaturas anteriores. A seção enumera ainda todas as comissões permanentes instaladas em cada uma das Casas.

O Glossário de Termos Legislativos foi publicado nos formatos e-book (livro digital) e pdf nos portais do Senado, da Câmara e do Congresso. O documento também está disponível em versão impressa. O GT pretende lançar traduções para o inglês, o francês e o espanhol.

♦ VOLTAR

♦ INÍCIO



QUALIDADE DE VIDA

INÍCIO ✧ PRÓXIMA



Senado promove campanha contra o assédio moral e sexual no trabalho

O Senado iniciou, no final de 2018, uma campanha educativa contra o assédio moral e sexual no trabalho. O objetivo é que o ambiente organizacional e a relação entre grupos com diferentes tipos de vínculo organizacional.

haja, na Casa, ambientes saudáveis, sem nenhum tipo de violência. A iniciativa envolve não somente os servidores efetivos, mas também aposentados, comissionados, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes.

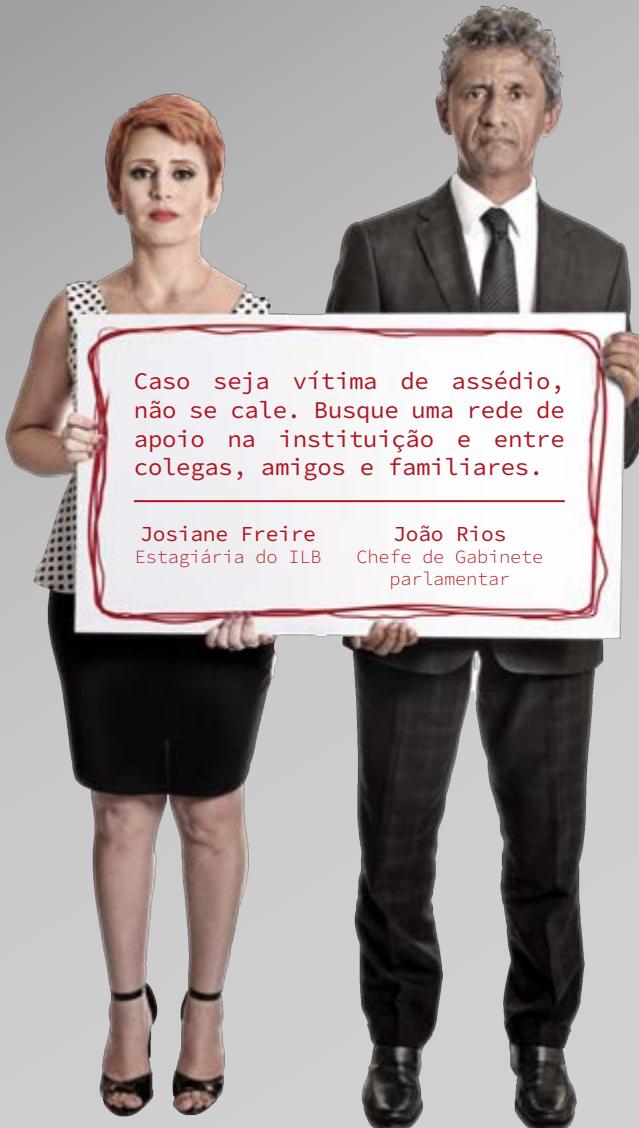
A campanha, que terá três fases de ação, foi desenvolvida a partir das observações do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado e de experiências, dentro e fora do Brasil, de como se trabalha

Presidente do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade, Roberta Viegas, afirma que o Senado é um dos primeiros órgãos da administração pública federal do Brasil a ter um protocolo para os casos de assédio. A campanha está em consonância com outras iniciativas no mundo, como a #metoo, iniciada por atrizes de Hollywood contra o assédio sexual.



Foto: Acervo da COMAP





Caso seja vítima de assédio,
não se cale. Busque uma rede de
apoio na instituição e entre
colegas, amigos e familiares.

Josiane Freire
Estagiária do ILB

João Rios
Chefe de Gabinete
parlamentar

Na primeira fase da campanha, uma das iniciativas foi esclarecer que tipos de comportamento podem ser caracterizados como assédio moral ou sexual. Cursos, palestras e cartazes têm sido produzidos para conscientizar os colaboradores.

O Comitê elaborou, também, cartilha com conceitos e exemplos de assédio, além de mostrar como prevenir e a quem recorrer se houver essa prática abusiva. O texto mostra, por exemplo, que as mulheres negras são os alvos mais frequentes de assédio moral, que pode provocar danos psicológicos, físicos, sociais e profissionais.

Já o assédio sexual no ambiente de trabalho, de acordo com a cartilha, atinge também os homens, mas afeta especialmente as mulheres e “se caracteriza como meio de exercer controle e poder sobre elas nas relações laborais”. É o caso, por exemplo, de conversas indesejáveis sobre sexo, contato físico não desejado e convites impertinentes, entre tantos outros.

A Diretora-Geral, Ilana Trombka, lembra que há previsão legal para punir os dois tipos de assédio. Apesar de não haver uma legislação específica para o assédio moral, sua prática pode ser punida com base na Constituição, Código Civil,

Código Penal e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já o assédio sexual passou a ser considerado crime pela lei brasileira.

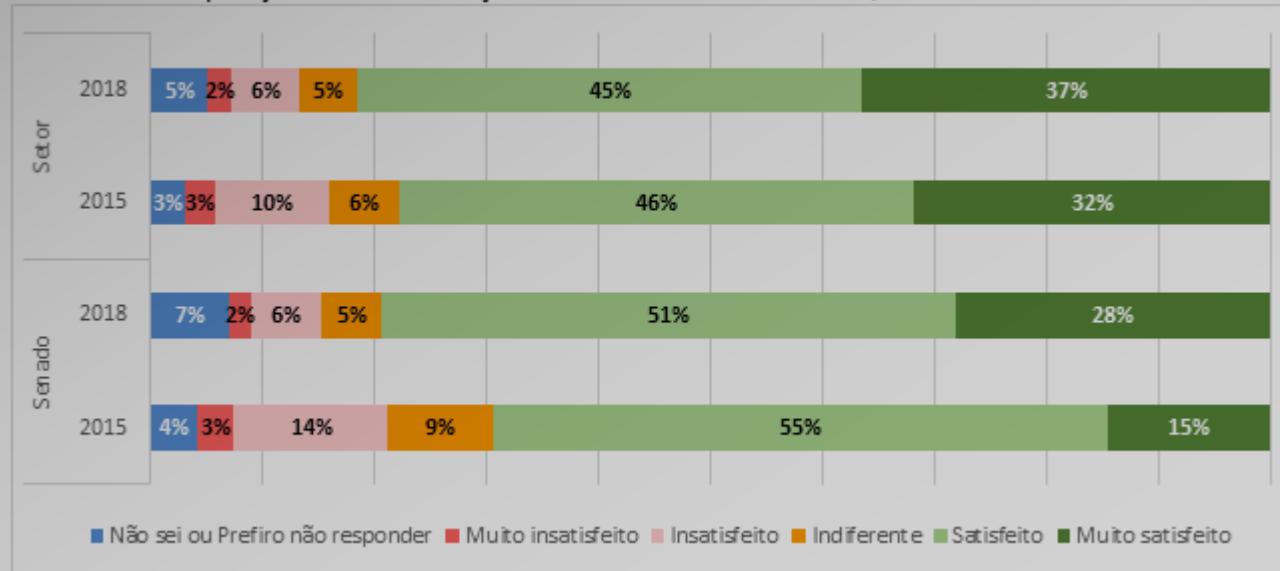
Não são incomuns as denúncias de assédio na Casa. São casos, por exemplo, de cantadas e contatos corporais inconvenientes e de outras situações de violência.

Entretanto, não se pode esquecer que pesquisas de clima organizacional têm mostrado que o Senado é um ambiente saudável para trabalhar. A campanha reforçará a manutenção desse clima.



Dados sobre clima organizacional

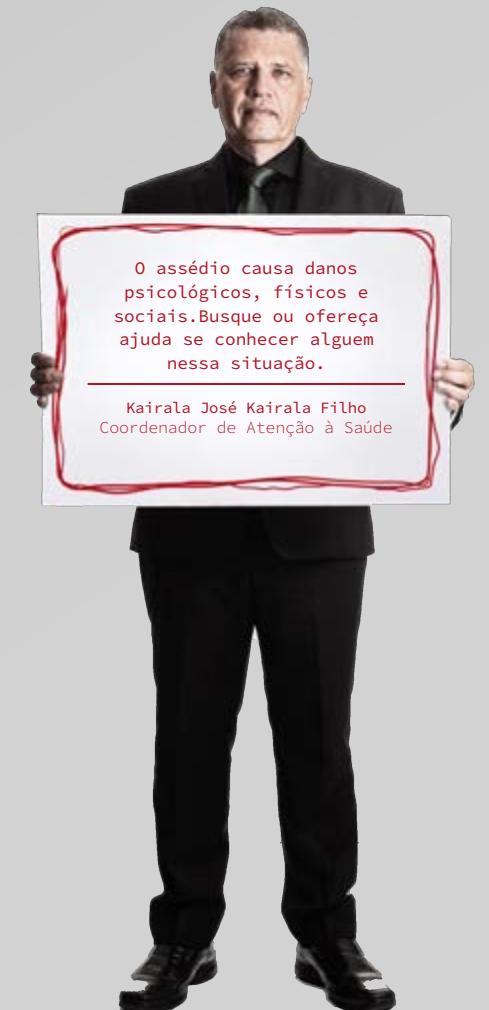
Gráfico 1 – Comparação entre a satisfação com o setor e com o Senado, entre 2015 e 2018



Há, ainda, uma estrutura para receber e apurar as denúncias, que serão reportadas à Polícia do Senado para investigação se os denunciantes desejarem. Os casos de assédio sexual, se comprovados, deverão ser encaminhados ao Ministério Público.

A porta de entrada para as denúncias é o

Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho, onde psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais devem guardar sigilo dessas informações. Mas as denúncias de assédio podem entrar tanto pelo Serviço de Qualidade de Vida como pela Polícia do Senado.



◆ VOLTAR

◆ PRÓXIMA



Lançada no início de 2019, colaboradores dos mais diversos perfis e vínculos profissionais foram representados na segunda etapa da campanha “Senado, ambiente livre de qualquer tipo de assédio”. A ação contará com totens, em tamanho real, espalhados pelo Senado Federal e com fotos de funcionários alertando sobre a importância do combate e prevenção do problema.



◆ [VOLTAR](#)

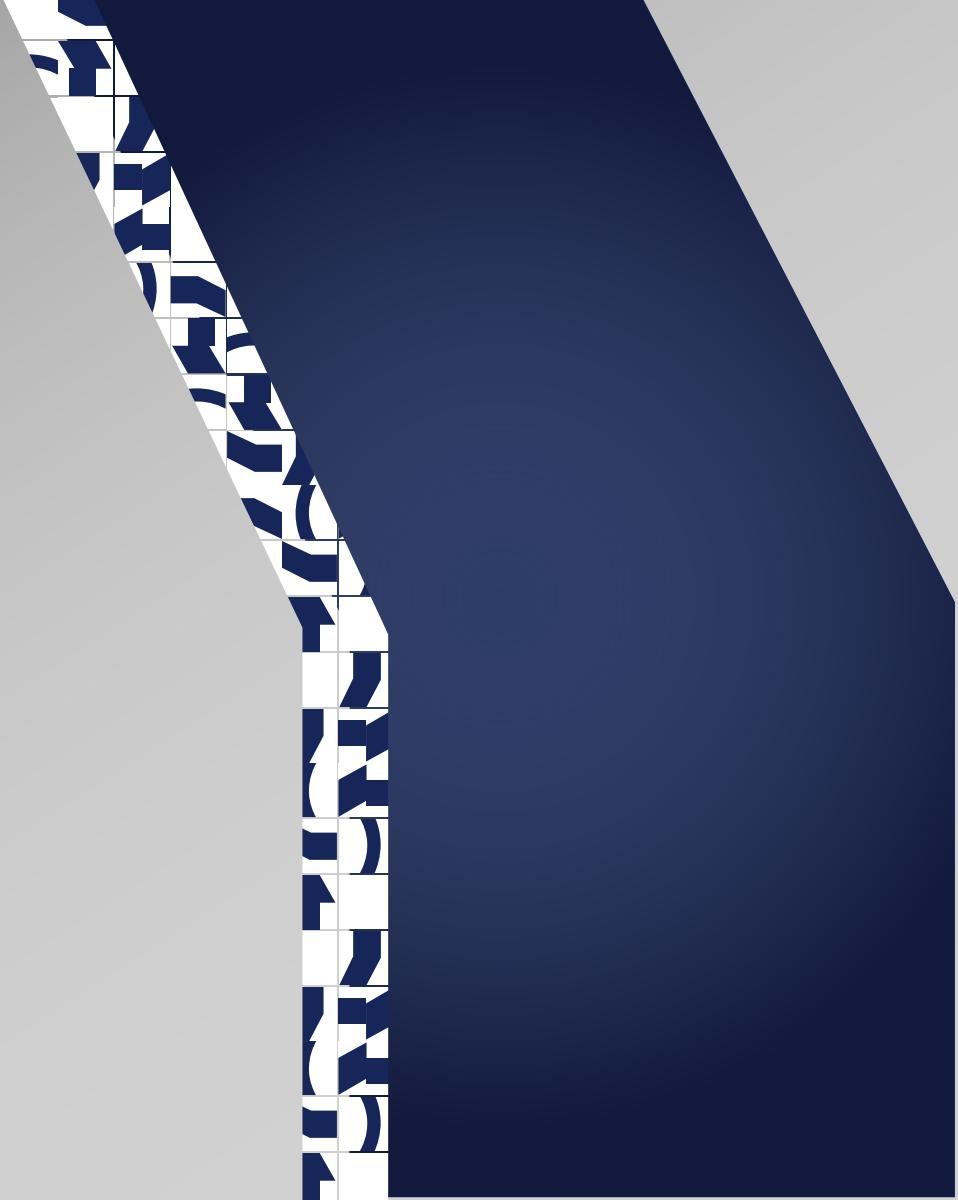
◆ [PRÓXIMA](#)





Servidores, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes também receberam, por correio eletrônico ou por mensagem em celular, links para dois breves vídeos com explicações a respeito de assédio moral e sexual. Os vídeos, com pouco mais de dois minutos cada, listam situações que caracterizam a ocorrência de assédio moral ou sexual, orientam colaboradores sobre como denunciar um caso suspeito ou onde esclarecer dúvidas a respeito. Os setores policial e de qualidade de vida do Senado estão capacitados a lidar com o tema, explicam os vídeos.

[Assédio Moral](#)[Assédio Sexual](#)[◆ VOLTAR](#)[◆ INÍCIO](#)



SUSTENTABILIDADE

INÍCIO ✧ PRÓXIMA

Pontos de coleta seletiva promovem educação ambiental



Foto: Marcus Bennett/Núcleo de Intranet



Foto: Marcus Bennett/Núcleo de Intranet

Como forma de promover a sustentabilidade e promover a educação ambiental dos colaboradores e servidores do Senado, foram criados dois pontos de coleta seletiva para o descarte sustentável de resíduos e de objetos eletrônicos em desuso. Trata-se dos Ecopontos, espaços que visam aprimorar a gestão de resíduos e preservar o meio ambiente no Senado.

A gestora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais, Karin Kassmayer, conta que a ideia de criar o Ecoponto surgiu após a realização de um diagnóstico para identificar a situação do descarte final dos resíduos na Casa.



"Já existiam contêineres espalhados pela Casa, mas não estavam bem organizados e sinalizados. Não havia lixeiras coloridas para separação do tipo de lixo, nem coletores para descarte específico de eletroeletrônicos. Então resolvemos criar um local para descarte voluntário de mais fácil acesso."



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado



Ecoponto - Julliana Miranda

◆ VOLTAR

Com a criação do Ecoponto, agora podem ser descartados equipamentos eletrônicos, como televisores, DVDs, computadores, controles remotos, ferros de passar roupas, entre outros. Mas o que muitos podem se perguntar é para onde vai todo esse material após o descarte.

No caso de eletrônicos, todo material é recolhido pela ONG Programando o Futuro, que atua na qualificação profissional, geração de conteúdo, reúso de equipamentos, rede de coleta e reciclagem de lixo eletrônico. A instituição possui convênio com o Ministério de Ciência e Tecnologia para recauchutar equipamentos de informática para serem enviados a escolas. Também reutiliza impressoras velhas para criar impressoras 3D. Já os resíduos recicláveis são distribuídos em contêineres de cor azul são recolhidos pelo Serviço de Limpeza Urbana. Os resíduos não recicláveis são coletados em contêineres cinza e recolhidos por empresa contratada.

A borra de café e os resíduos excedentes são recolhidos pelo próprio Senado. Mais de 50% dos resíduos podem ser reaproveitados ou encaminhados para compostagem, em que a qualidade da mistura será objeto de avaliação para o melhoramento da qualidade da separação dos resíduos.

Resíduos usados na preparação de alimentos são encaminhados para o Viveiro do Senado, onde também são usados para formação de adubo.

Folhas e pequenos galhos das árvores, obtidos pela varrição, são colocados em sacos e vão também para o Viveiro para serem aproveitados como adubo. Já os galhos de poda são destinados ao Jardim Botânico de Brasília, onde são triturados.



Jonas Araújo / Núcleo de Intranet

◆ PRÓXIMA



Viveiro do Senado: uma ilha verde no coração do poder



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Concentrado em um hectare de terra, o Viveiro do Senado possui um espaço com uma proposta contemporânea e ecológica para aproveitamento de espaço público, representando uma ilha verde no meio do complexo urbano da Esplanada dos Ministérios.

O Viveiro do Senado começou a funcionar em 2011 e está subordinado ao Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais da Diretoria-Geral. Atuam no setor três servidores, um estagiário, dois jardineiros e dois auxiliares de compostagem.

É uma construção com Arquitetura Bioclimática, com a aplicação de design que minimiza o gasto energético e o consumo de material. O espaço conta com um demonstrativo de equipamentos de Tecnologias Sociais, a aplicação de cultivos regenerativos e geração de insumos no local.

◆ VOLTAR

◆ PRÓXIMA



Como atividades mensuráveis, podemos elencar o fornecimento de plantas e produção de composto para a implantação e manutenção dos jardins, vasos e confecção de arranjos para ornamentação. A produção de mudas segue os preceitos da agroecologia, livre de qualquer fertilizante químico e/ou biocidas (agrotóxicos). O composto é gerado concomitante com a destinação ambientalmente correta dos Resíduos Sólidos Orgânicos - RSOs da Casa, atendendo à regulamentação ambiental federal tanto na destinação dos RSOs, como no método de compostagem, chegando até ao produto resultante, um fertilizante orgânico de qualidade comercial. No Viveiro são produzidos, por mês, uma média de 10m² de mudas para forração, 200 mudas de herbáceas (entre ornamentais, medicinais e comestíveis), 40 mudas de arbóreas (entre nativas e frutíferas) 500kg de composto e cerca de 24 arranjos e vasos para áreas internas.



◆ VOLTAR

◆ PRÓXIMA





Na proposta socioambiental, são realizadas oficinas de educação ambiental. Em 2018, por exemplo, foram oferecidas 11 oficinas socioambientais para cerca de 120 pessoas. O Viveiro, portanto, atua como espaço pedagógico, socioeducativo e multiplicador.

Subjacente aos aspectos produtivos e qualitativos, o espaço se torna um jardim urbano para educação ambiental, onde são relevados, os aspectos culturais, tradicionais e regionais dos visitantes - são acolhidas, estudadas, beneficiadas, cultivadas, consumidas e disseminadas espécies botânicas que trazem laços com as regiões do país - com tradições familiares, culturas, folclore e hábitos alimentares. Incorporam-se estas plantas e saberes ao nosso acervo botânico e cultural.

O Viveiro do Senado Federal é um jardim que se propõe a ser autossuficiente no que tange a matérias e energia, e aberto à participação social, às interações ecológicas e à mutabilidade.

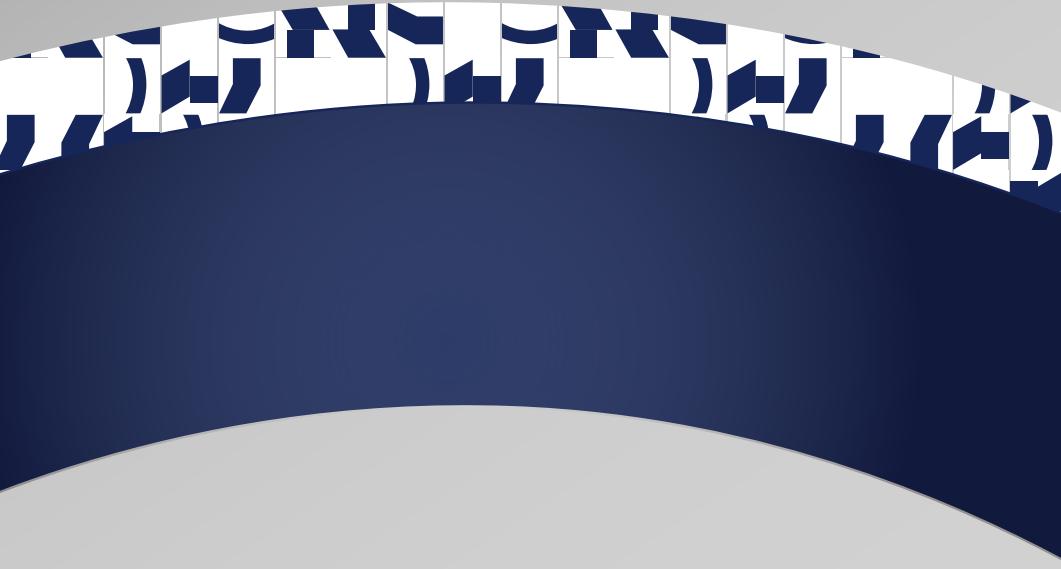
Erico Galvão, que trabalha no Viveiro, é técnico paisagista e conta no vídeo abaixo um pouco mais sobre o viveiro.



[Viveiro do Senado - Erico Galvão](#)

◆ [VOLTAR](#)

◆ [INÍCIO](#)



AÇÃO SOCIAL

INÍCIO ✧ PRÓXIMA

Liga do Bem: seis regiões administrativas já beneficiadas em 2019

O trabalho da Liga do Bem, grupo de voluntários do Senado, alcançou seis regiões administrativas do Distrito Federal nos primeiros quatro meses do ano. Crianças, moradores de rua e famílias carentes estiveram no centro das campanhas já executadas.

Doação de Alimentos - com a colaboração de sindicatos, de associações e de servidores da Casa, foram arrecadados 770 quilos de alimento e material de higiene pessoal para famílias carentes de instituição acolhedora de crianças e adultos com múltiplas deficiências em região carente do Distrito Federal.



Foto: Divulgação/Liga do Bem

Banho do Bem – a campanha recebeu 170 quilos de roupas, que foram encaminhadas ao Projeto Banho do Bem. O projeto disponibiliza um ônibus equipado com chuveiros, corte de cabelo e roupas limpas para moradores de rua na Rodoviária Central de Brasília.



Foto: Divulgação

Feira de Trocas - iniciativa da Diretoria-Geral permitiu a troca de peças de roupa, acessórios, utensílios domésticos e livros entre os colaboradores do Senado. Na ocasião, a Liga do Bem recebeu doações de roupas que foram destinadas a instituições de caridade.



Mari Nogueira/Senado Federal

♦ INÍCIO

♦ PRÓXIMA

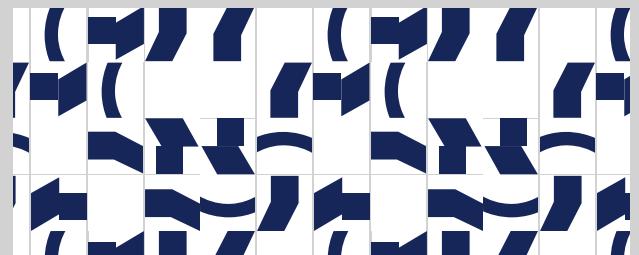
Páscoa Solidária - no mês de abril, a campanha Páscoa Solidária 2019 realizou doações de 805 caixas de bombons para crianças da escola de Libras e Português.



Doações alcançam pacientes do HRAN - assistente social do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho, Ana Alice, idealizou uma campanha de arrecadação para pacientes em situação de vulnerabilidade. Foram montados 1500 kits contendo escovas de dente, pasta dental, xampu, condicionador, sabonete e bucha higiênica, que foram entregues em



Programa Desengaveta - iniciativa criada com o objetivo de promover a sustentabilidade em três aspectos: social, ambiental e econômico. A ideia é reutilizar material de escritório que não seria mais aproveitado nos gabinetes e seções da Casa e oferecer uma destinação social adequada a eles. Cerca de 500 materiais, incluindo pastas de arquivos, pastas plásticas, furadores, carimbos, grampeadores e livros infantis recolhidos pela Liga do Bem foram entregues em uma escola



◆ VOLTAR

◆ PRÓXIMA



Campanha do Agasalho - 490kg de itens, incluindo agasalhos, roupas femininas e masculinas, vestuário infantil, meias, calçados, além de 300 cobertores, foram arrecadados em doações destinadas às crianças internadas para correção de fissura labiopalatal, uma malformação congênita caracterizada por aberturas das estruturas do lábio e/ou palato, e a pacientes em situação de vulnerabilidade social. Patrícia Seixas, da Liga do Bem, afirma que o resultado da campanha superou as expectativas do grupo.

A parceria com a instituição veio a partir de uma indicação da assistente social do Senado, Ana Alice, que conta:

"Fui assistente social naquele hospital e, na época do inverno, tínhamos que ir atrás de doações, já que o hospital não tem cobertores suficientes, e muitos pacientes não tinham agasalho. Serão sete andares de clínicas e enfermarias contemplados com as doações."



♦ VOLTAR

♦ INÍCIO



Edições anteriores: [1^a Edição](#) [2^a Edição](#)

Expediente

Redação, edição de textos e revisão: Fabrício Côrtes, Felipe Caio e Yosselin Urbina

Fonte: Comunicação Interna do Senado Federal

Diagramação e arte: Thomás Côrtes

Tradução: Serviço de Tradução e Interpretação do Senado Federal

Fotos: Acervo Senado Federal

Diretora-Geral do Senado Federal do Brasil: Ilana Trombka

♦ INÍCIO